

Episódio pode 75 levar a processo de cassação

RENATA GIRALDI

Especial para o Estado

BRASÍLIA – Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) poderão ser cassados, no que depender de integrantes do Conselho de Ética do Senado. Eles afirmam que a existência de provas material (o laudo elaborado pelos técnicos da Universidade de Campinas) e testemunhal (o depoimento da ex-diretora do centro de processamento de dados da Casa Regina Borges), sobre a atuação dos dois parlamentares são suficientes para dar andamento ao processo de cassação de mandato. Também será avaliada a fita cassete em que ACM conversa com três procuradores e confirma ter uma “lista” da votação da sessão secreta em que o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi cassado. “O que há é gravíssimo e a pena mínima (suspensão de 30 dias do mandato) no caso é muito pouco”, avaliou um dos integrantes do conselho.

Nunca houve na história do Senado registro algum de parlamentar que tenha tido o mandato suspenso. Um ministro do Supremo Tribunal Federal, ouvido pelo **Estado**, disse que a violação da votação secreta “caracteriza claramente a quebra de decoro e pode justificar tranqüilamente a cassação”.

Já o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), foi mais cauteloso. Embora tenha considerado “o laudo uma prova conclusiva de que painel foi realmente violado”, ele disse que “a posição do partido está nas mãos do senador Saturnino Braga. Saturnino (PSB-RJ) é o relator do Conselho de Ética.

O conselho reúne-se às 17 horas de hoje para analisar o assunto e definir as datas dos novos depoimentos. O perito Ricardo Molina, que analisou as fitas gravadas durante a conversa entre ACM e os procuradores, será ouvido à tarde.

Se o relator do conselho de Ética recomendar a cassação de Arruda e ACM, o processo será remetido para aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, onde ambos terão amplo direito de defesa. A cassação propriamente dita é uma decisão do plenário do Senado. **(Colaborou Eugênia Lopes)**